

Reforçar a luta para uma efectiva mudança

22-Fev-2005

Â STAL EXIGE POLÂ•TICAS DE ESQUERDA

A estrondosa derrota da direita e o reforço eleitoral dos partidos que se situam à esquerda no Parlamento traduzem a vontade inequívoca do povo português de uma efectiva mudança de políticas que coloquem o País na direcção do desenvolvimento económico, da promoção do emprego com direitos e da eliminação das desigualdades sociais e assimetrias regionais.

Sublinhando o significado da viragem eleitoral no País, o STAL saúda todos os trabalhadores, em particular os da Administração Local, pela forma consequente como expressaram nas urnas o seu repúdio pelas políticas de terror social impostas pela coligação do PSD/CDS-PP.

As experiências governativas dos últimos anos demonstraram que nenhuma maioria, por maior que seja, poderá «governar» o País com «estabilidade» se persistir numa estratégia de ataque aos direitos sociais e laborais dos trabalhadores, de redução do seu poder de compra e de sujeição dos interesses vitais da comunidade nacional à cobiça ilimitada de meia dúzia de «poderosos» grupos económicos.

A luta foi decisiva

Os resultados das eleições de 20 de Fevereiro, tendo sido decisivos para o afastamento dos partidos situados à direita do espectro político, não podem ser desligados da intensa luta social e reivindicativa dos diferentes sectores de actividade, muito em particular da Administração Central e Local, cujos trabalhadores foram dos que mais sofreram com a tremenda ofensiva neoliberal contra os salários, os direitos, o emprego e os serviços públicos.

A governação do PSD/CDS-PP ficou marcada pelas maiores movimentações de trabalhadores de que há memória nas últimas décadas, destacando-se o firme combate contra o pacote laboral e as manifestações e greves maciças contra a pseudo «reforma» da Administração Pública, em defesa dos salários, dos direitos, do emprego e dos serviços públicos.

Continuamos determinados

Lembrando que a derrota eleitoral da direita resultou da condenação geral destas políticas, o STAL considera que o futuro governo tem o dever de encontrar soluções para as principais reivindicações que têm estado na origem do processo de luta levado a cabo ao longo dos últimos anos.

Ao mesmo tempo, alerta os trabalhadores para a necessidade de prosseguirem de forma determinada, exigindo com firmeza da nova maioria socialista uma ruptura clara com as orienta  es neoliberais de desresponsabiliza  o do Estado e uma altera  o radical nas pol  ticas sociais, repondo leg  timos direitos h   muito conquistados, revogando o retr  grado pacote laboral, travando o curso das privatiza  es na sens  vel   rea dos servi  os p  blicos, nomeadamente na   gua e res  duos s  lidos.

Neste contexto, O STAL manifesta apreens  o face   s declara  es feitas durante a campanha eleitoral pelo l  der do PS, Jos   S  crates, no sentido de aumentar a idade da reforma, reduzir arbitrariamente o n  mero de funcion  rios p  blicos e manter a legisla  o laboral imposta por Bag  o F  lix.

E n  o podendo deixar de registar que o pr  prio Jos   S  crates inflectiu na recta final da campanha eleitoral o seu discurso, nomeadamente no que concerne aos despedimentos dos trabalhadores e    idade da reforma, exigimos que o futuro governo corresponda de facto ao potencial de esperan  a que os portugueses depositaram atrav  s do seu voto nas elei  es legislativas, se abstenha de medidas anti-sociais e aposte verdadeiramente na dignifica  o e valoriza  o do trabalho com direitos, na melhoria do poder de compra e das condi  es de vida dos portugueses, designadamente atrav  s da promo  o de servi  os p  blicos de qualidade para todos.

Exigimos do pr  ximo Governo

O STAL e os trabalhadores da Administra  o Local, na defesa dos seus direitos e aspira  es e empenhados na constru  o de um pa  s moderno, democr  tico e social, continuar  o a bater-se pelas suas principais propostas e reivindica  es, das quais se destacam:

- Revis  o salarial intercalar que promova especialmente a valoriza  o dos sal  rios mais degradados, a recupera  o do poder de compra e a aproxima  o aos n  veis salariais europeus.
- A reposi  o dos direitos de aposent  o e o aumento das participa  es da ADSE.
- A revoga  o da legisla  o entretanto publicada no   mbito da pseudo   reforma   da Administra  o P  blica, nomeadamente o contrato individual de trabalho e o novo sistema de avalia  o de desempenho.
- A revoga  o do C  digo do Trabalho e das medidas mais gravosas, incluindo as que se aplicam    Administra  o P  blica.
- A concretiza  o das mat  rias consensualizadas com a Associa  o Nacional de Munic  pios no   mbito da   Comiss  o Tripartida  , de que tamb  m fazia parte a Direc  o Geral das Autarquias Locais.
- A regulamenta  o do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco.
- A valoriza  o e dignifica  o das carreiras, resolu  o das injusti  as relativas e diminui  o do fosso que actualmente existe em todo o sistema retributivo.
- A defesa da gest  o p  blica de servi  os essenciais especialmente nos sectores da   gua, do saneamento e do ambiente.

